



Um Olhar Sobre a Despesa Pública

Centro de Integridade Pública

Boa Governação - Transparência - Integridade ** Edição Nº 10/2013 - Setembro - Distribuição Gratuita

DISTRITO DE GONDOLA: Rastreamento a despesa de 2012

I. INTRODUÇÃO

Este documento constitui o relatório de avaliação de execução da despesa do distrito de Gondola no exercício económico de 2012. O relatório fornece a classificação actual dos processos de gestão e execução dos fundos geridos ao nível do distrito no âmbito da política de descentralização. Inclui uma descrição das actividades realizadas no ano em análise e a qualidade das infraestruturas projectadas para a sua construção e reabilitação.

O trabalho de campo foi realizado por uma equipa de investigadores do Centro de Integridade Pública e da Associação para o Desenvolvimento Comunitário (Magariro) com a colaboração do Governo e do Conselho Técnico do distrito de Gondola no âmbito da parceria que existe entre as partes no Programa de Monitoria Orçamental, Rastreio da Despesa Pública e Auditoria Social na província de Manica, visando contribuir para o aumento da efectividade da despesa pública em Moçambique, como viés para a redução da pobreza.

Distrito de Gondola

O distrito de Gondola situa-se a Este da parte central da província de Manica. Limita-se a Este com o distrito de

Nhamatanda (província de Sofala), a Oeste com o Posto Administrativo de Vanduzi (distrito de Manica) através do Rio Buemalanga, a Norte com os distritos de Macossa, Barué e Gorongosa, através do Rio Pungué, e a Sul com o distrito de Sussundenga, através do Rio Revué. Administrativamente Gondola divide-se em 6 Postos Administrativos (Inchope, Amatongas, Cafumpe, Macate, Zembe e Matsinho) e 17 localidades. O distrito tem 5.290 Km² de superfície e possui 258.548 habitantes (Censo Geral da População e Habitação de 2007).

II. INVESTIMENTOS REALIZADOS PELO GOVERNO DO DISTRITO DE GONDOLA

Em 2012, o Governo do Distrito de Gondola teve um orçamento de 33.158.546,64 MT para financiar as despesas de Investimento (Tabela 1).

Tabela 1: Orçamento Alocado para as Despesas de Investimento para o Distrito de Gondola em 2012

Despesas de Investimento	Valor alocado (MT)
Fundo de Infraestruturas Distritais	15.369.040,00
Fundo Distrital de Desenvolvimento	11.903.000,00
Fundo de Apoio Directo às Escolas	3.886.506,64
Fundo de Estradas	2.000.000,00
Total	33.158.546,64

Fonte: Lei Nº1/2012, de 13 de Janeiro, Lei do Orçamento do Estado

Fundo de Infraestruturas Distritais

Em 2012, o valor alocado para o Fundo de Infraestruturas Distritais foi investido para as realizações que constam da Tabela 2.

Tabela 2: Lista das Actividades Realizadas no Âmbito do Fundo de Infraestruturas Distritais

Actividades realizadas em 2012	Valor do Contrato	Modalidades de Contratação	Valor Pago (2012)
Construção do Edifício da Secretaria do Posto Administrativo de Macate	3.154.193,58	Concurso Público	2.286.790,36
Construção da Secretaria da Localidade Amatongas Sede de Pindanganga	1.449.914,14	Concurso Limitado	1.377.418,41
Construção da Residência do Chefe do Posto Administrativo de Macate	2.081.731,08	Concurso limitado	1.535.276,68
Construção da Residência do Chefe do Posto Administrativo de Amatongas	2.080.138,15	Concurso Limitado	1.274.748,96
Construção da Casa Geminada para Funcionário em Inchope-Sede	1.729.869,22	Concurso Limitado	1.729.869,22
Contratação de Fiscal Independente	298.920,00	Concurso Limitado	145.460,00
Construção do Muro de Vedação na Residência do Chefe do Posto Administrativo de Inchope	265.333,49	Ajuste Directo	236.218,18
Reabilitação da Residência do Chefe do Posto Administrativo de Inchope	562.389,75	Concurso Limitado	562.389,75
Construção de Cisternas e Caleiras na Escola Secundária Geral de Inchope	236.218,09	Ajuste Directo	236.218,09
Construção de Cisternas e Caleiras na Escola Primária e Completa de Inchope	170.100,00	Ajuste Directo	170.100,00
Construção de Cisternas e Caleiras no Centro de Saúde de Inchope	170.100,00	Ajuste directo	170.100,00
Manutenção da Sala de Conferência do Governo Distrital	208.625,00	Ajuste Directo	208.625,00
Instalação de Hidráulica na Residência de Hóspedes		Ajuste Directo	120.006,00
Manutenção da Residência Oficial da Administradora e Anexo	741.972,46	Concurso Limitado	741.972,46
Fornecimento de 16 Motorizadas	600.000,00	Concurso limitado	600.000,00

Cont.

Actividades realizadas em 2012	Valor do Contrato	Modalidades de Contratação	Valor Pago (2012)
Conclusão da Residência para Extensionistas em Matsinho	215.806,52	Ajuste Directo	215.806,52
Reabilitação do Edifício do Governo do Distrito		Concurso Limitado	955.000,00
Aquisição de Material de construção		Ajuste Directo	350.640,00
Reabilitação do Edifício do Governo Distrital	955.000,00	Concurso Limitado	955.000,00
Total	14.320.311,48		13.871.639,63

Fonte: Secretaria Distrital de Gondola.

Ponto de situação das actividades financiadas no âmbito do Fundo de Investimento Distrital de 2012

Actividades em curso

- Construção de uma residência de tipo III para o Chefe do Posto Administrativo de Macate;
- Reabilitação do edifício do Governo Distrital.

Actividades concluídas

- Todas excepto as duas actividades referenciadas acima como empreendimentos em curso.

Alinhamento com o PESOD

Da lista das actividades levadas a cabo pelo Governo Distrital, constatou-se que todas as actividades executadas constavam do PESOD. Entretanto, o apetrechamento das residências dos Chefes dos Postos Administrativos, do Secretário Permanente Distrital, da Residência Oficial do Administrador e a construção dos Postos Policiais de Zembe e Cafumpe, embora constassem do PESOD de 2012, não foram iniciados no exercício económico de 2012.

Avaliação Quantitativa

No ano de 2012, o distrito de Gondola teve um orçamento de **15.369.040,00 MT** para

financiar as actividades de construção e reabilitação de infraestruturas de interesse comunitário. Deste montante, **13.871.639,63 MT** ficaram disponíveis ao Governo Distrital e o remanescente ficou retido no SISTAFE. Até ao fim do exercício económico, o distrito não solicitou a libertação do cativo referente ao valor global disponibilizado para o Fundo de Infraestruturas.

Fontes de Financiamento ao Distrito

As despesas do distrito são financiadas por fundos provenientes do Orçamento do Estado e por Receitas Próprias e Consignadas. No ano de 2012, o distrito de Gondola obteve financiamentos provenientes do Orçamento do Estado de cerca de **243.418.520,00 MT**, dos quais **213.927.820,00 MT** foram alocados à componente de funcionamento e **29.490.700,00 MT** à componente de Investimento. Ainda no mesmo período, o distrito arrecadou **3.231.016,50 MT** de receitas próprias contra **2.560.000,00 MT** inicialmente planificados. No que concerne à cobrança de Imposto de Reconstrução Nacional, o distrito cobrou no ano em referência **132.950,00 MT** contra **160.000,00 MT** previstos no início do ano em referência.

As receitas do distrito provêm de cobrança do Imposto de Reconstrução Nacional, aprovado pela Resolução nº 9/91 de 20 de Dezembro, Decreto nº 4/87, de 30 de Janeiro e da cobrança de taxas nos mercados, licença de ocupação da terra e construção, aprovação de projectos, pequenas indústrias moageiras, circulação de motociclos e bicicletas, aluguer de tractor, multas, rendas de casa, entre outras. Entretanto, as receitas do distrito foram gastas em despesas de representação, comunicação, bolsa de estudo para funcionários e o valor do Imposto de Reconstrução Nacional foi alocado para as rubricas de bens e serviços.

Processo de Execução Orçamental

O processo de execução orçamental ao nível do distrito de Gondola ainda encontra vários desafios, na medida em que parte considerável da despesa programada não tem cabimento orçamental suficiente. Este facto está relacionado com a incoerência do processo de planificação e orçamentação na medida em que o distrito faz a planificação de despesas referentes a um determinado exercício económico, entretanto, a orçamentação é feita pelos níveis provincial e central, de forma irrealista. Os Governos, central e provincial, alocam fundos sem ter em conta a realidade do distrito. A título de exemplo, para o exercício económico de 2012, foram alocados **8.000,00 MT** para a rubrica de ajudas de custo, contra **1.600.000,00 MT** inicialmente planificados. Segundo declarações da responsável da Repartição de Finanças, o valor em causa apenas serviu para pagar duas viagens da Administradora.

Modalidades de Contratação

Dos processos de adjudicação de contratos administrativos referentes à execução do FID, analisados ao nível do distrito de Gondola, a equipa de rastreio observou um total de 19

e constatou que o nível de execução física e financeira foi de 95% e 100%, respectivamente. Das modalidades de contratação, a equipa apurou que: 10 contratos foram adjudicados aos empreiteiros pela via de Concurso Limitado e o Critério de Avaliação e Decisão observado foi o de Menor Preço; num dos contratos aplicou-se a modalidade de Concurso Público, o Critério de Avaliação e Decisão aplicado foi o de Menor Preço; por último, 8 dos contratos obedeceram à modalidade de Ajuste Directo e o Critério de Avaliação e Decisão observado foi o Critério de Menor Preço.

Análise Processual

Das qualificações jurídica, financeira, técnica e fiscal a equipa constatou que os processos adjudicados no ano em referência obedeceram aos princípios plasmados no Decreto 15/2010, de 24 de Maio, decreto que aprova o Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado.

Avaliação Qualitativa

Parte considerável das infra-estruturas recentemente reabilitadas e/ou construídas apresentavam-se com alguns problemas de falta de qualidade que incluem manchas de infiltração de água das chuvas no tecto falso e problema de manchas nas paredes. O anexo da residência oficial da Administradora, por exemplo, apresentava manchas de infiltração de águas pluviais no tecto falso e manchas nas paredes. A casa geminada para funcionários, no Inchope, também apresentava manchas no tecto falso e nas paredes como resultado de infiltração de águas pluviais.

Figura 1: Infiltração da água da chuva no tecto da casa geminada e do anexo da residência oficial da Administradora, respectivamente



Fundo Distrital de Desenvolvimento

De acordo com o mapa integrante da Lei n.º 1/2012, de 13 de Janeiro (Lei do Orçamento do Estado), em 2012 o distrito de Gondola teve um orçamento de **11.903.000,00 MT** para financiar projectos de produção de comida, geração de rendimento e criação de postos de trabalho. Deste montante, **10.566.557,75 MT** ficaram disponíveis ao Governo distrital e financiaram um total de 192 projectos, dos quais 111 projectos de produção de comida e 81 projectos de geração de rendimento. Dos projectos financiados, quatro pertenciam às associações e 188 eram de carácter individual. Em relação ao género, 70% dos projectos financiados beneficiaram aos homens, contra 30% que beneficiaram às mulheres.

Do valor alocado para financiar os projectos de 2012, cerca de **195.000,00 MT** teriam sido estornados pelo sistema para a Conta Única de Tesouro. Isto é, foram financiados projectos no valor acima referenciado, mas os mutuários não confirmaram a recepção do valor nas suas contas dentro dos prazos previstos. Segundo a Chefe da Repartição de Finanças, os mutuários só confirmaram a

entrada do valor nas respectivas contas já em 2013.

Ainda no mesmo ano, o Governo do distrito de Gondola solicitou a libertação do cativo para financiar novos projectos, mas não foi possível dar seguimento ao programa porque, por um lado, o valor ficou disponível tarde e, por outro lado, ficou disponível na rubrica de Maquinaria e Equipamento, daí que foi gasto em actividades de carácter administrativo.

O valor financiado aos projectos foi distribuído pelos respectivos postos administrativos como ilustra a Tabela 3.

Tabela 3: Distribuição do Financiamento pelos Postos Administrativos

Posto Administrativo/ Vila Municipal	Nº de Projectos	Valor Alocado
Inchope	36	1.687.165,00
Amatongas	18	1.507.000,00
Camfupe	30	1.529.616,82
Zembe	22	916.271,47
Matsinho	23	1.543.795,60
Macate	34	2.235.028,86
Vila Municipal	29	1.147.680,00
Total de projectos financiados	192	10.566.557,75

Fonte: Secretaria Distrital de Gondola

Níveis de Reembolso

O distrito de Gondola regista um nível de reembolsos de cerca de 15% (Tabela 4).

Tabela 4: Níveis de Reembolsos do FDD de 2008 a 2012

Valores Alocados em Comparação com o Valor de Reembolso de 2008 a 2012	Ano	Valor (Mt)
	2008	6.846.300,00
	2009	7.146.900,00
	2010	9.572.080,00
	2011	7.992.230,00
2012	10.566.557,75	
Total do Valor Alocado e Reembolsado até 2012	42.124.067,75	
Total do valor reembolsado até 2012	6.297.405,43	

Fonte: Governo do Distrito Gondola

Legalidade de Processos Contratuais dos Projectos

Da análise documental, constatou-se que, à excepção de dois contratos que não se encontravam carimbados, os restantes estavam devidamente carimbados e assinados. Contudo, nenhum dos processos tinha como anexo os planos de reembolso e fichas de acompanhamento de projectos.

Do contacto que a equipa teve com os 9 mutuários visitados, apenas um afirmou não ter iniciado o processo de reembolso do valor financiado. Os restantes mutuários já haviam iniciado a amortizar as suas dívidas. Quando solicitados a comentar sobre as mudanças

ocorridas nas suas vidas, não hesitaram em afirmar que os seus negócios prosperaram como resultado do financiamento.

A título ilustrativo, uma beneficiária de um projecto de venda de alimentos, no Bairro 3 de Fevereiro, financiado no valor de 30.000,00 MT, disse que em cumprimento dos termos contratuais já havia reembolsado para os cofres do Estado um montante no valor de 2.500,00 MT. Outrossim, afirma estar a verificar mudanças na sua vida como resultado do fundo, tal seja o crescimento do negócio.

Fundo de Estradas

Em 2012, o distrito de Gondola recebeu um total **2.000.000,00 MT** para trabalhos de reabilitação, manutenção de rotina e melhoramentos localizados de estradas e pontes. Do valor total, o distrito realizou **1.919.724,43 MT** nas actividades que constam da Tabela 5.

Tabela 5: Actividades Realizadas no Âmbito do Fundo de Estradas

Actividades	Valor do Contrato	Valor Alocado em 2012
Construção da Segunda Fase da Ponte sobre o Rio Metuchira em Mutipate (Inchope)	1.244.761,53	1.244.761,53
Manutenção de Rotina da estrada N/C Matsinho/Monoquera	237.094,29	237.094,29
Manutenção de Rotina da Estrada N/C Rica/Mussangaze	137.411,98	137.411,98
Manutenção de Rotina da Estrada N/C Marera/Niza	99.294,28	99.294,28
Manutenção de Rotina da Estrada N/C Zimpanga/Mutipate	110.251,53	110.251,53
Manutenção de Rotina da Estrada N/C Junta/Machara	90.910,82	90.910,82
Total		1.919.724,43

Modalidades de Contratação

Dos 6 processos de contratos administrativos verificados constatou-se que: 1 dos contratos foi adjudicado a um empreiteiro, obedecendo-se à modalidade de Concurso Público e o Critério aplicado foi o de Menor Preço; os restantes 5 contratos foram adjudicados a artesãos, aplicando-se a modalidade de Ajuste Directo e o Critério de Avaliação e Decisão também foi o de Menor Preço.

Legalidade Processual

Das qualificações jurídica, financeira, técnica e fiscal, a equipa constatou que os processos adjudicados no ano em referência obedeceram aos princípios plasmados no Decreto 15/2010, de 24 de Maio, decreto que aprova o Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado.

Figura 2: Cratera no troço Zimpinga-Mutipate



Do trabalho de verificação física constatou-se que, à excepção do troço Zimpinga-Mutipate, que se apresentava com uma má qualidade de execução, os restantes troços encontravam-se transitáveis e com qualidade aceitável. A baixa qualidade verificada no troço Zimpinga-Mutipate incluía a presença de algumas crateras e ravinhas ao longo da via.

Fontes de Abastecimento de Água

Em 2012, o distrito de Gondola não recebeu qualquer orçamento para a manutenção das fontes de água. Entretanto, as comunidades locais têm-se organizado de forma a dar seguimento aos trabalhos de manutenção das suas fontes de abastecimento de água. Assim, a equipa visitou um total de 4 fontes, sendo duas no Posto Administrativo de Inchope e outras duas no Posto Administrativo de Gondola e constatou que as duas fontes no Posto Administrativo de Inchope, Localidade de Inchope-Sede, Bairro 7 de Abril, estavam a funcionar em pleno, com água límpida e cristalina para além de terem os Comités de Gestão funcionais e o dinheiro das contribuições à guarda do tesoureiro. Das duas fontes do Posto Administrativo de Gondola, Localidade da Vila Municipal, Bairro Musserua, apenas uma se encontrava em funcionamento e a outra estava avariada. A fonte avariada tinha como problema principal a deficiência de tubagem, especificamente as varetas.

Figura 3: Fonte avariada na EPC de Mecessua



Apoio Directo às Escolas

Em 2012, o Sector da Educação a nível do distrito de Sussundenga recebeu para o Apoio Directo às Escolas um total de **8.244.619,64 MT**, sendo **4.358.113,00 MT** para a 16ª fase e **3.886.506,64 MT** para a 17ª fase. Do valor total, foram financiados um total de 146 escolas primárias, com um nível de execução de 100%.

O processo de execução do ADE a nível do distrito de Gondola é orientado pelo Serviço Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia. Este serviço informa as escolas sobre a disponibilidade de fundos através de emissão de cartas enviadas às escolas abrangidas pelo programa. Na etapa seguinte, o SDEJT faz a distribuição dos instrumentos relevantes para a gestão do fundo que incluem panfletos e manuais. Igualmente, as escolas são orientadas a criarem as devidas Comissões de Compra e de Recepção do Material. Nesta Comissão de Compra, o Director da Escola é excluído do processo e é indicado o Chefe da Secretaria para o substituir.

A relação do material a ser adquirido pela Comissão e o respectivo documento que cria as comissões é encaminhado aos SDEJT para efeitos de controlo e acompanhamento do processo. Entretanto, os planos de compra elaborados pelas Comissões não chegam a ser cumpridos a 100% por exiguidade de fundos. O concurso de adjudicação de potenciais fornecedores de material é elaborado pelos SDEJT. As escolas recebem as cartas contendo os mapas descritivos do material elegível, do registo e detalhe das despesas para procederem ao levantamento do material junto da loja fornecedora adjudicada.

Do trabalho realizado constatou-se que: i) Nenhuma escola ultrapassou o limite estabelecido pelo Ministério da Educação na aquisição do material de aquisição livre; ii) todas as escolas visitadas fixam a informação relevante em locais de acesso público e afirmaram que convocavam encontros regulares para partilhar informações com a comunidade.

Contudo, duas das escolas não apresentaram as actas que confirmam a realização desses encontros; iii) três escolas não possuíam as listas de distribuição do material aos alunos, o que deixa dúvidas com relação à transparência do processo.

Todas as direcções das escolas contactadas afirmaram que o processo de *procurement* para a aquisição do material e bens essenciais da escola é gerido pelo Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia.

III. INVESTIMENTOS REALIZADOS PELO GOVERNO PROVINCIAL/CENTRAL NO DISTRITO

Em 2012, o Governo provincial investiu na construção de várias salas de aulas nas seguintes Escolas Primárias do Primeiro Grau: Belavista, Gaiola, Nhambia, Mucessua, Mussuthua, Mussangadzi e Muparanhanga-Serra.

Ponto de situação das actividades financiadas pelo nível Central/Provincial

À excepção da construção da Escola Primária do 1º Grau de Maparanhanga-Serra, que se encontrava abandonada, as restantes salas já se encontram concluídas.

Avaliação Qualitativa

No geral, as salas apresentavam-se com uma boa qualidade de execução. Todavia, nas EP1 de Nhambia, Mucessua e Maparanhanga-Serra foram verificadas algumas anomalias. Na EP1 de Nhambia o problema está relacionado com a baixa altura da estrutura do edifício, o que faz com que as salas não sejam confortáveis para o seu uso. Na EP1 de Mucessua, o edifício encontra-se degradado, com defeitos no soalho e alguns vidros quebrados nas janelas. Na EP1 de Maparanhanga-Serra, o edifício tem, por um lado, baixa altura e, por outro lado, possui

apenas um caimento. Segundo as autoridades locais, o projecto era financiado por um madeireiro que, entretanto, terá abandonado a obra em Maio de 2013, antes da sua conclusão.

Figura 4: Soalho da EP1 de Mucessua e salas de aulas da EP1 de Maparanhanga-Serra



Aspectos de Controlo Interno na Secretaria Distrital

Em 2012, o distrito de Gondola recebeu visitas da Direcção Provincial do Plano e Finanças e da Inspensão Geral de Finanças, onde foram auditadas as contas de 2011 e 2012. Do trabalho realizado por essas entidades, constatou-se o seguinte:

- *O desembolso de fundos não obedece aos limites de financiamento por projectos, contrariando, assim, o previsto no nº 8 do Decreto nº 90/2009, de 15 de Dezembro (Regulamento do Fundo Distrital de Desenvolvimento);*

- *Dos contratos de financiamento do FDD analisados, nem todos apresentavam os requisitos exigidos no Decreto nº 90/2009, de 15 de Dezembro (Regulamento do Fundo Distrital de Desenvolvimento) para o desembolso do financiamento, designadamente: i) Carta abonatória; ii) Declarações do Bairro; iii) Declarações de empréstimo; iv) Prazo de vigência do empréstimo.*
- *Existência de uma diferença no montante de 2.801.9116,37 MT, resultante do somatório dos talões de depósito e os recibos emitidos;*
- *Existência de uma diferença no montante de 409.999,14 MT, resultante dos justificativos apresentados nos processos de contas e os dados do PESOD;*
- *Os membros do CCD a nível dos postos administrativos e localidades fazem parte da Comissão de Cobrança, não havendo transparência tendo em conta que os mesmos também são mutuários devedores;*
- *Os mutuários não têm conhecimento das prestações a pagar e nem quando inicia o reembolso, isto é, não têm plano de reembolso;*
- *Existência de um funcionário de nome Lua José Sadia, do Posto Administrativo de Amatongas, que solicitou 132.000,00 MT em 2011, e até à data não reembolsou nenhum valor, facto que incentiva os outros mutuários não funcionários a não reembolsarem;*
- *Os mutuários não têm consciência do reembolso, isto é, pouco se preocupam em reembolsar;*
- *Desvio de aplicação por parte de mutuários, quer isto dizer que solicitam valores para um determinado projecto e posteriormente aplicam esses valores em actividades não concebidas no projecto apresentado, tais como: construção de casas, aquisição de motorizadas, viaturas e até compra e venda de roupas usadas, etc;*

- *Fragilidade por parte dos técnicos do sector de Planificação no que tange à monitoria e assistência técnica aos projectos, tendo em conta o caso concreto da localidade de Doeroi onde até os técnicos não conhecem a realidade dos projectos;*

Face às constatações verificadas pela Direcção Provincial do Plano e Finanças, foi recomendado o seguinte:

Que a concessão dos empréstimos seja regida pela tabela estabelecida no número 8 do Decreto nº 90/2009, de 15 de Dezembro (Regulamento do Fundo Distrital de Desenvolvimento);

Que sejam devidamente autorizadas todas as requisições antes da efectivação do pagamento ou desembolso, de modo a não incorrer no risco de se procederem pagamentos a mutuários fictícios;

Entretanto, do trabalho realizado pela equipa de rastreio apurou-se que o Governo do distrito de Gondola tem estado a implementar devidamente as recomendações e observações levadas a cabo pela equipa da Direcção Provincial do Plano e Finanças. Contudo, ainda existem alguns pontos que carecem de melhorias, tal é o caso da gestão do FDD.

Reacção do Governo Distrital às Constatações da Equipa de Rastreio

Reagindo às constatações apresentadas pela equipa de rastreio, o Sr. Vidal Matola, Secretário Permanente Distrital, comentou sobre os problemas verificados no âmbito do FDD, alegando que os mesmos estavam relacionados com as dificuldades de comunicação.

“... Quando nós solicitamos a libertação do cativo do FDD, comunicaram-nos que o valor já tinha sido libertado, mas para a rubrica de Maquinaria e Equipamentos e não para a rubrica do FDD”, disse.

O Sr. Carlitos Costa Janasse, Director do SDPI, disse na sua intervenção que os processos contratuais estavam incompletos porque houve mudança de instalações e que, provavelmente,

os colegas da área não teriam localizado alguns dos processos.

O Sr. Félix Bacalelane, Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia disse que a fraca qualidade verificada na EPC de Nhambia resultara do facto de as obras terem sido executadas pelas comunidades e com o apoio financeiro da *Save The Children*.

“...A comunidade participou com tijolos, areia e outro material. O empreiteiro foi financiado pela ONG Save the Children (...) A má qualidade de salas de aulas deveu-se a exiguidade de material da comunidade abrangida. Quanto ao ADE, temos que dar a mão à palmatoria porque existem escolas que não procedem conforme o indicado no processo de execução do fundo. São constatações encontradas sempre que se faz monitoria nas escolas do distrito...A construção de sala de aulas com um caimento deve-se a questões climatéricas da localidade de Maparanhanga-Serra...”, esclareceu.

Para a Sra. Ana Tchapo, Administradora Distrital, é preciso dar seguimento às recomendações apresentadas pela equipa no sentido de melhorar a altura e a cobertura da sala de aulas da EPC de Nhambia. Contudo, frisou que as escolas eram da autonomia da Vila Municipal e que, por isso, não havia muito espaço de intervenção por parte do Governo distrital. A EPC de Mucessua e a de Belavista são escolas financiadas e executadas pelo município e outras organizações internacionais.

Sobre os problemas verificados nas obras, no geral, disse, por um lado, que isso resultava da falta de honestidade dos artesãos e questionou, por outro lado, a velocidade em que os empreendimentos eram realizados.

“...Algumas obras, como as de Inchope, por exemplo, foram feitas em 60 dias contra os 195 dias planificados e isso pode contribuir para a má qualidade da obra...na obra sobre o Rio Nhamapiro, houve a contratação de 3 artesãos: ao primeiro adjudicou-se em 2009, entretanto, não terminou a obra; foi contratado um outro que também não concluiu no período em referência.

Este processo foi continuado em 2012 e terminado pelo terceiro artesão. É por esse motivo que não aparecem reflectidos os valores no relatório por que houve várias adendas. A construção de postos policiais foi planificada no primeiro PESOD que, entretanto, não foi actualizado. No segundo PESOD, esta actividade já não constava, porque os valores alocados ao distrito não eram suficientes para a realização destas actividades, o que nos obrigou a redefinirmos as actividades prioritárias”, explicou.

Para terminar comentou sobre o baixo nível de reembolso do FDD dizendo que o distrito possuía planos a nível de cada Posto Administrativo e não em termos individuais, pelo que o mesmo é elaborado pelo Governo Distrital, tendo em conta as projecções anuais. Todavia, concorda que cada processo deve ter o seu plano de reembolso para facilitar e permitir ao Governo Distrital fazer o acompanhamento do processo de reembolso por parte dos mutuários.

Ficha Técnica

Director: Adriano Nuvunga

Edição: Centro de Integridade Pública (CIP)

Equipa do Pilar: Lourino Dava, Ben Hur Cavelane, e Stélio Bila

Revisão Linguística: Egídio Rego

Design e Layout: Nelton Gemo

Tiragem: 300 Exemplares

Maputo, Setembro de 2013

Centro de Integridade Pública (CIP)

Boa Governação - Transparência - Integridade

Endereço: Rua Frente de Libertação de Moçambique, nº 354

Maputo - Moçambique

Tel.: +258 21 492335, **Cel.:** +258 82 301 6391

Fax: +258 21 492340 | **Caixa Postal:** 3266

E-mail: cip@cip.org.mz | **Website:** www.cip.org.mz

Parceiro Provincial:

Magariro - Associação para o Desenvolvimento Comunitário

Bairro 4, Talhão # 4

Cidade de Chimoio, Manica

Telefone: 051-22747 – Fax: 051-22488

E-mail: office@magariro.org

Website: www.magariro.org

Parceiros



ROYAL DANISH EMBASSY IN MAPUTO